

Promotoria pode impugnar Fundação Casa no Yamada

Ministério Público já instaurou inquérito civil para apurar irregularidades na instalação da unidade

A Promotoria da Habitação e Urbanismo instaurou inquérito civil para apurar irregularidades na instalação da Fundação Casa (ex-Febem) no Jardim Yamada, pois o município fez a doação da área ao Governo Estadual para construção de estabelecimento de ensino no local. A representação foi enviada ao Ministério Público (MP) no ano passado pelo vereador Carlos Nascimento (PT), motivando o promotor Roberto Bacal, que trabalhava no caso à época, a solicitar parecer técnico do arquiteto Luiz Antônio Nigro Falcoski, da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car). Segundo a Promotoria, o caso pode terminar em processo judicial para apurar responsabilidades e, se for comprovada irregularidade na instalação da Fundação Casa, pode ser aberta uma ação civil pública, que eventualmente culminaria na impugnação da implantação da unidade no bairro.

“Se houver coragem de quem está cuidando do caso, existem todos os elementos para impugnação da unidade naquele local”, declara Nascimento.

De acordo com informações do MP, há duas semanas foi enviado um ofício à Prefeitura com pedido de informações sobre a instalação da unidade. No entanto, a arquiteta Luciana Gonçalves, secretária de Desenvolvimento Urbano, respondeu que não existe nenhum documento do Governo Federal protocolado junto ao município, solicitando a instalação da unidade no Yamada. A secretária concorda com que o município deveria ter feito um relatório de impacto de vizinhança antes da instalação, como aponta o parecer de Falcoski, mas este procedimento só seria possível a partir de um pedido formal do Estado. “A área é estadual e continua sendo utilizada de forma institucional, mas não temos maiores detalhes

de como vai funcionar a unidade”, admitiu Luciana.

Parecer

Segundo parecer técnico de Falcoski, divulgado pela Tribuna na edição de ontem, o Governo Estadual deveria solicitar ao órgão ambiental e urbanístico municipal a avaliação e emissão de uma certidão de uso do solo e alvará de funcionamento da unidade, já que a legislação de Zoneamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo é atribuição exclusiva do município. No parecer, que foi anexado ao processo a pedido de Bacal, Falcoski fazia várias ressalvas à instalação da Fundação Casa no local e sugeria que a unidade fosse instalada em áreas com menos densidade residencial. “Do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento da área, o Plano Diretor não apontava para esse tipo de empreendimento, mas para ações como a valorização residencial, implantação de um corredor de urbanidade e estímulo ao comér-

cio e aos serviços”, diz Falcoski. Ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, o arquiteto foi responsável pela elaboração do Plano Diretor de Araraquara, que é considerado modelo no País para cidades médias.

O promotor designado atualmente para cuidar do caso é José Carlos Monteiro, que ontem não pôde atender a reportagem. Por meio de sua assessoria, ele informou que a Promotoria enviou um ofício ao vereador Nascimento informando sobre a resposta da Prefeitura e também oficiou ao secretário de Justiça do Estado, Luis Antônio Guimarães Marrey, sobre o caso. Nem o vereador nem o secretário responderam oficialmente à Promotoria, mas Nascimento adiantou que vai reiterar seu pedido de impugnação da instalação da Fundação Casa no Yamada, fundamentando seu requerimento com recortes de jornal, para “provar” que a unidade foi instalada no local.

Roberto Schiavon

Edição de 9/2/2008